

TEXTO PARA **DISCUSSÃO**

2578

**FINANCIAMENTO ELEITORAL E
COMPORTAMENTO PARLAMENTAR:
A RELAÇÃO ENTRE DOAÇÕES DA
INDÚSTRIA E PROPOSIÇÃO DE LEIS**

**Wagner Pralon Mancuso
Manoel Leonardo Santos
Ciro Antônio da Silva Resende
Danilo Praxedes Barboza**



FINANCIAMENTO ELEITORAL E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR: A RELAÇÃO ENTRE DOAÇÕES DA INDÚSTRIA E PROPOSIÇÃO DE LEIS¹

Wagner Pralon Mancuso²

Manoel Leonardo Santos³

Ciro Antônio da Silva Resende⁴

Danilo Praxedes Barboza⁵

1. Uma primeira versão deste *Texto para Discussão* foi apresentada no XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), realizado em Curitiba, Paraná, entre 31 de julho de 2018 e 3 de agosto de 2018, com o título *Financiamento eleitoral e comportamento parlamentar no Brasil (2011-2015): o caso da indústria*. A pesquisa que viabilizou este trabalho foi financiada pelo Ipea, por meio do projeto *Dinheiro e Política: a influência do poder econômico no Congresso Nacional*, desenvolvido entre março de 2016 e março de 2017. Somos extremamente gratos por todas as contribuições oferecidas por Acir Almeida, coordenador do projeto. Compartilhamos com ele eventuais méritos do trabalho. Possíveis problemas, lacunas e erros, entretanto, são exclusivamente de nossa responsabilidade.

2. Professor do curso de gestão de políticas públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP); e professor e orientador nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da USP. *E-mail*: <wpralon@hotmail.com>.

3. Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e diretor do Centro de Estudos Legislativos da UFMG. *E-mail*: <manoelsantos@fafich.ufmg.br>.

4. Graduado em gestão pública pela UFMG. *E-mail*: <ciro.sr@hotmail.com>.

5. Graduado em ciências sociais pela USP e em comunicação social pela Universidade de Santo Amaro (UNISA). *E-mail*: <danilopbarboza@hotmail.com>.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2020

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2578>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: D72.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO E DISCUSSÃO COM A LITERATURA	7
2 HIPÓTESES E METODOLOGIA	10
3 RESULTADOS	17
4 CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	27

SINOPSE

Este estudo investiga a relação entre doações eleitorais feitas pelo empresariado industrial e o comportamento dos deputados federais eleitos para a 54ª legislatura (2011-2015), no que se refere à apresentação de proposições legislativas favoráveis ou contrárias aos interesses daquele setor empresarial. O efeito do financiamento de campanha é controlado pelo efeito de uma série de outras variáveis potencialmente relevantes para o fenômeno de interesse. Os resultados indicam que as contribuições eleitorais industriais favorecem a submissão de projetos convergentes com os interesses do setor, mas não evitam a apresentação de projetos rejeitados pela indústria.

Palavras-chave: financiamento de campanha; comportamento legislativo; Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between electoral donations made by industrial entrepreneurs and the behavior of federal deputies elected for the 54th legislature (2011-2015), with regard to the presentation of legislative proposals favorable or contrary to the interests of that business sector. The effect of campaign financing is controlled by the effect of a number of other variables potentially relevant to the phenomenon of interest. The results show that industrial electoral contributions favor the presentation of bills that converge with the interests of the donors, but do not prevent the presentation of other bills rejected by that economic sector.

Keywords: campaign financing; legislative behavior; Chamber of Deputies.

1 INTRODUÇÃO E DISCUSSÃO COM A LITERATURA

A relação entre o financiamento eleitoral e o comportamento dos candidatos eleitos é objeto de extensa literatura internacional e nacional no campo da ciência política. Tamaña atenção à temática decorre da preocupação com os riscos que a dinâmica desse vínculo pode colocar para importantes valores professados em sociedades democráticas (Speck e Pfeiffer, 2007; Przeworski, 2011; Norris e Van Es, 2016). Por exemplo, seja por gratidão por doações passadas, seja pela expectativa de doações futuras, os eleitos podem priorizar os interesses dos maiores financiadores de campanhas, em detrimento das demandas do restante do eleitorado, prejudicando, assim, o valor da igualdade política entre os cidadãos, bem como o uso do poder público como instrumento de combate às desigualdades sociais. Para atender aos interesses de grandes doadores, os parlamentares podem praticar atos ilícitos e vir a comprometer o valor da integridade na representação política. Além disso, dispostos a entrar em arranjos mutuamente benéficos com grandes contribuidores, políticos podem receber maior afluxo de recursos eleitorais, desequilibrando-se, dessa forma, a competição entre eles e seus adversários.

Quando valores tão relevantes como a igualdade política, o combate às injustiças sociais, a integridade dos representantes e a competição política encontram-se sob ameaça, cidadãos insatisfeitos podem contestar a legitimidade da própria democracia. Fazendo isso, assumem desde atitudes mais passivas, tais como alheamento, cinismo e desencanto, até atitudes mais ativas, como mobilização direta contra o sistema democrático e eventual flerte com soluções autoritárias.

Apesar da importância do assunto e da profusão de trabalhos que o focalizam, estudos empíricos têm encontrado resultados bastante contraditórios. No âmbito internacional, a forma de comportamento político mais estudada tem sido o voto de parlamentares sobre projetos de interesse para seus financiadores. Dentro dessa literatura, há autores como Bradley Smith (1995, p. 6), que sustenta que “nenhuma relação causal significativa tem sido encontrada entre contribuições de campanha e padrões de votação no legislativo”; e Ansolabehere, Figueiredo e Snyder Junior (2003, p. 114), que afirmam que as doações de campanha exercem pouco efeito sobre o voto dos legisladores.

Em contrapartida, há autores como Stratmann (2005, p. 146), que defende, a partir de meta-análise de dezenas de artigos, que o financiamento eleitoral afeta, sim, o voto dos parlamentares.

Entre esses dois extremos, há, ainda, estudos bastante abrangentes, porém sem achados conclusivos, como o de Richard Smith (1995, p. 92), para quem a literatura “é permeada de resultados conflitantes”, e o de Figueiredo Filho (2009, p. 57), segundo o qual a maior parte da literatura “autoriza afirmar que as contribuições de campanha influenciam o comportamento parlamentar”, mas uma parcela expressiva (e mais citada) dessa mesma literatura apresenta resultados não significativos, ou ainda mistos.

Em contraste com o que ocorre na literatura internacional, poucos trabalhos sobre o caso brasileiro têm investigado o impacto do financiamento eleitoral sobre o voto dos congressistas. Uma exceção é o artigo de Santos *et al.* (2015), que não encontra associação entre financiamento concedido por empresas industriais e votos favoráveis ao interesse da indústria no plenário da Câmara dos Deputados, mas vê associação positiva e significativa entre o financiamento concedido pelo empresariado como um todo e votos favoráveis ao setor industrial.

A maior parte da literatura nacional tem analisado o possível *quid pro quo* (troca de favores) entre financiadores e políticos em outros cenários, fora do parlamento. Ainda assim, a falta de resultados conclusivos também perpassa a literatura nacional. Por exemplo, alguns autores apresentam evidências de que o financiamento de campanhas resulta em benefícios para os doadores, sob a forma de acesso a financiamento de bancos públicos (Claessens, Feijen e Laeven, 2008; Lazzarini *et al.*, 2011) ou obtenção de contratos com o governo (Boas, Hidalgo e Richardson, 2014). Outros autores não encontram evidências de benefícios no que se refere ao financiamento de bancos públicos (Rocha, 2011), ao desempenho das firmas (Bandeira e Marcon, 2005) ou à proteção comercial (Araújo, 2008).

Este trabalho pretende colaborar com o estudo da relação entre doações eleitorais e benefícios para os doadores, focalizando a associação entre financiamento eleitoral e produção de proposições legislativas no Brasil. Mais especificamente, o texto procura investigar se há associação entre o financiamento destinado por empresas industriais às candidaturas dos deputados federais ativos na 54ª legislatura (2011-2015) e a produção

de proposições legislativas desses deputados na área de interesse para os empresários do setor. O resultado dessa possível associação é controlado pelo efeito de uma série de outros fatores potencialmente relevantes.

Este *Texto para Discussão* se justifica por duas razões: porque procura preencher a lacuna apontada anteriormente, e já identificada em trabalhos anteriores (Mancuso, 2015, p. 178-179), sobre financiamento de campanhas e comportamento parlamentar no país; e porque procura fazê-lo de forma original, destacando o número e o teor das proposições legislativas apresentadas no lugar do voto em plenário. A ideia, portanto, é investigar o efeito das contribuições eleitorais no início do processo legislativo ordinário, em vez de investigá-lo ao final, quando, segundo a literatura disponível (Figueiredo e Limongi, 2001), outros fatores adquirem maior importância, tais como a indicação de voto das lideranças partidárias.

Nesse sentido, o trabalho se aproxima mais do esforço realizado por Cruz (2015), que analisou o efeito do financiamento eleitoral concedido por empresas rurais sobre a produção legislativa dos parlamentares, e por Carvalho (2017), que avaliou o impacto do financiamento concedido por planos de saúde sobre a produção de proposições legislativas de interesse do setor. Também aqui os resultados encontrados foram contraditórios. Cruz (2015) encontrou associação positiva e significativa entre financiamento rural e produção legislativa de interesse para o setor – isto é, quanto mais os deputados recebem doações de campanha de ruralistas, maior a proporção de suas proposições legislativas que tratam da temática rural. Carvalho, por sua vez, não verificou associação significativa entre as doações do setor de saúde suplementar e a produção de proposições em sua área de interesse.

Os principais achados desta pesquisa indicam, em primeiro lugar, associação positiva e estatisticamente significativa entre o financiamento eleitoral concedido pela indústria e o número de proposições legislativas convergentes com o interesse do setor. Todavia, em segundo lugar, não sugerem associação negativa e significativa entre o financiamento da indústria e o número de proposições contrárias à posição do setor. Em outras palavras, os deputados mais financiados pela indústria produzem mais projetos que agradam os industriais, mas não produzem menos projetos que os desagradam. Os resultados parecem sugerir, portanto, que o financiamento eleitoral industrial afeta o comportamento dos parlamentares financiados de uma forma específica, fazendo-os

ficar “com cada pé numa canoa diferente”. Assim, apresentando projetos que agradam os financiadores, os deputados exprimem gratidão pelos recursos recebidos no passado e preparam o terreno para solicitar mais recursos em eleições futuras. Ao mesmo tempo, apresentando projetos que agradam outros segmentos sociais relevantes (por exemplo, trabalhadores e consumidores), procuram manter ou ampliar seu capital político, o que até pode levá-los a contrariar interesses de seus financiadores. Ator racional, o deputado enfrenta o difícil desafio de, ao apresentar proposições legislativas, tentar equilibrar o impacto que sua produção terá sobre os dois insumos dos quais dependem sua carreira: recursos para as campanhas eleitorais e votos.

Este texto está dividido em quatro seções. A introdução apresentou o problema de pesquisa e o situa à luz da literatura, defendendo sua importância e antecipando as principais conclusões. A segunda seção levanta as hipóteses do trabalho e descreve os procedimentos de construção das variáveis dependentes e independentes. A terceira seção apresenta estatísticas descritivas das variáveis e os resultados de modelos binomiais negativos multivariados. A última seção contém as conclusões e discute possibilidades a ser exploradas em trabalhos futuros.

2 HIPÓTESES E METODOLOGIA

As proposições legislativas apresentadas por deputados federais ao longo da 54ª legislatura (1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2015) e classificadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) como convergentes com os interesses do setor industrial brasileiro (401 proposições) ou divergentes desses interesses (1.032 proposições) são objeto deste trabalho. A posição da CNI diante das proposições foi obtida no Legisdata, que é um sistema de informações legislativas mantido pela entidade, por meio do qual se realiza o acompanhamento da tramitação de proposições de interesse do setor produtivo no Congresso Nacional. Isso inclui o registro das proposições, das ocorrências a elas relativas e do posicionamento da própria confederação.¹

1. Somos muito gratos pela permissão de acesso ao sistema. Das proposições apoiadas pela entidade, 239 são classificadas como convergentes e 162 como convergentes com ressalvas. Das proposições contestadas pela entidade, 965 são classificadas como divergentes e 67 como divergentes com ressalvas.

A ideia principal analisada aqui é que o financiamento eleitoral recebido pelos deputados na campanha de 2010 está associado à produção de proposições legislativas durante a 54^a legislatura. Sendo assim, as duas primeiras hipóteses testadas são as apresentadas a seguir.

Hipótese 1

Há associação positiva e estatisticamente significativa entre o financiamento eleitoral concedido pela indústria aos deputados federais e o número de proposições legislativas apresentadas por eles e classificadas pela CNI como convergentes com os interesses do setor industrial.

Hipótese 2

Há associação negativa e estatisticamente significativa entre o financiamento eleitoral concedido pela indústria aos deputados federais e o número de proposições legislativas apresentadas por eles e classificadas pela CNI como divergentes dos interesses do setor industrial.

A variável independente contínua financiamento eleitoral concedido pela indústria consiste nas contribuições eleitorais recebidas pelos deputados e feitas por empresas de três seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): B (indústrias extrativas), C (indústrias de transformação) e F (construção).² Para facilitar a interpretação dos resultados, as contribuições são divididas por 100 mil. Assim, cada unidade dessa variável corresponde a R\$ 100 mil em doações eleitorais do empresariado industrial.

A produção de um deputado federal também pode ser afetada por outros fatores, além do financiamento de campanha. Este trabalho, por isso, inclui mais seis fatores potencialmente relevantes para que o resultado das contribuições eleitorais seja controlado pelo efeito desses fatores, um dos quais sendo o perfil do eleitorado. É possível supor que a natureza da produção legislativa do deputado é afetada pelo peso relativo de um setor econômico em seu eleitorado. O sentido do efeito dessa variável, no entanto, não é claro de antemão.

2. A CNAE dos doadores foi identificada por meio do cruzamento entre dados de financiamento eleitoral obtidos no repositório de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>; e dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2010, disponibilizados pelo Ipea, por meio de Acir Almeida e Aguinaldo Maciente, a quem agradecemos pelo fornecimento dessas informações. A chave de cruzamento entre os dois bancos de dados foi o número das empresas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Consideramos, aqui, exclusivamente, as doações eleitorais oficiais, isto é, as doações formalmente declaradas pelas empresas à Justiça Eleitoral. Um montante de recursos muito difícil de mensurar – o famoso “caixa 2” – pode ter fluído de empresas para candidaturas de forma sub-reptícia, à margem da Justiça Eleitoral.

Quanto maior o peso do setor industrial no eleitorado de um parlamentar, maior pode ser o incentivo do parlamentar para legislar em favor dos interesses do setor. A expectativa, nesse caso, pode ser a de criar ou fortalecer laços com o empresariado, que podem resultar em benefícios futuros na forma de apoio político (inclusive financiamento eleitoral) ou de apoio econômico, como oferta de empregos para familiares do deputado ou para ele próprio quando da saída da carreira política. A expectativa também pode ser a de preservar e ampliar a quantidade disponível de empregos no setor, esperando, assim, ter a atuação reconhecida pelos trabalhadores beneficiados e, em decorrência disso, receber seus votos em eleições futuras.

O peso do setor industrial no eleitorado de um parlamentar também pode incentivá-lo a legislar contra os interesses do setor, como em questões de natureza trabalhista, ambiental, tributária ou de defesa do consumidor. A expectativa, nesse caso, seria angariar votos por ser reconhecido pelo eleitorado como um defensor de interesses sociais e difusos, contra os interesses especiais e poderosos do empresariado industrial.

Dessa forma, as próximas hipóteses testadas no texto são as que se seguem.

Hipótese 3

Há associação positiva e estatisticamente significativa entre o peso do setor industrial no eleitorado dos deputados federais e o número de proposições legislativas apresentadas por eles e classificadas pela CNI como convergentes com os interesses do setor industrial.

Hipótese 4

Há associação positiva e estatisticamente significativa entre o peso do setor industrial no eleitorado dos deputados federais e o número de proposições legislativas apresentadas por eles e classificadas pela CNI como divergentes dos interesses do setor industrial.

A variável independente contínua peso do setor industrial no eleitorado do deputado federal é operacionalizada da seguinte maneira: em primeiro lugar, duas proporções são calculadas – a proporção de cada município na votação do deputado e a proporção de empregos formais do setor industrial em cada município.³ Em seguida, essas duas proporções são multiplicadas entre si, gerando uma *proxy*, município por município, do peso do setor industrial no eleitorado do parlamentar. Por fim, calcula-se a somatória dos produtos,

3. Dados de votação obtidos no repositório de dados eleitorais do TSE; dados de emprego, por meio da RAIS 2010.

produzindo-se uma *proxy* do peso do setor industrial no eleitorado do parlamentar, agora no estado como um todo.

Outro fator que pode afetar a produção de um deputado federal é seu perfil ideológico. Essa questão é bem discutida, por exemplo, por Scheeffer (2016). É razoável esperar que parlamentares filiados a partidos políticos de esquerda, tradicionalmente mais críticos aos interesses empresariais, apresentem menos proposições legislativas convergentes com a posição do setor industrial e mais proposições legislativas divergentes da posição desse setor, quando comparados com parlamentares de partidos de centro e de direita. Portanto, a quinta e a sexta hipóteses deste trabalho são as expostas a seguir.

Hipótese 5

Quando comparados a deputados federais de centro e de direita, os deputados federais de esquerda apresentam significativamente menos proposições legislativas convergentes com o interesse industrial.

Hipótese 6

Quando comparados a deputados federais de centro e de direita, os deputados federais de esquerda apresentam significativamente mais proposições legislativas divergentes do interesse industrial.

A classificação dos partidos em grupos ideológicos é baseada em trabalho de Zucco Junior e Lauderdale (2011), que realizaram *survey* com legisladores brasileiros e, a partir daí, estimaram a ideologia de suas agremiações. Com base nessas estimativas, conduzimos uma análise de *clusters* e identificamos partidos de esquerda, centro e direita. São considerados partidos de esquerda: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido dos Trabalhadores (PT). São classificados como partidos de centro: Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Verde (PV). São categorizados como partidos de direita: Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).⁴ Criaram-se três variáveis *dummy*, uma para cada bloco ideológico. Os deputados de partidos de esquerda compõem o grupo de referência.

4. Os demais partidos políticos não foram incluídos na análise.

A condição empresarial do parlamentar é mais um fator que pode interferir no grau de afinidade das proposições legislativas com os interesses do setor industrial. Diversos estudos relevantes já foram conduzidos sobre a presença de empresários no parlamento brasileiro (Diniz e Boschi, 2000; Silva, 2002; Rodrigues, 2006; 2009), mas pouco se analisou, até o momento, como a condição empresarial afeta a produção parlamentar. Espera-se, neste trabalho, que as propostas dos deputados-empresários sejam mais favoráveis à fração industrial da classe social que eles próprios integram. Coerentemente, as próximas hipóteses do trabalho são sobre tal situação.

Hipótese 7
Há associação positiva e significativa entre a condição empresarial do parlamentar e o número de proposições legislativas convergentes com o interesse industrial.

Hipótese 8
Há associação negativa e significativa entre a condição empresarial do parlamentar e o número de proposições legislativas divergentes do interesse industrial.

A variável *dummy* empresário é criada a partir das ocupações declaradas pelos deputados federais à Justiça Eleitoral, no momento do registro de suas candidaturas, ou à Câmara dos Deputados, no momento de elaboração de suas biografias.⁵ Os deputados-empresários são tomados como grupo de referência.

A ligação da produção parlamentar com o interesse industrial também pode ser afetada pelo pertencimento do deputado à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados, que é a comissão permanente incumbida de tratar de assuntos relativos à indústria. Ainda são escassos, entretanto, os estudos sobre os critérios de nomeação de parlamentares para as comissões permanentes do Congresso. Uma exceção importante é Santos (2002), mas mesmo esse estudo não avalia o impacto de fatores como a ligação dos parlamentares com grupos de pressão interessados na temática das comissões. Desse modo, mais uma vez, o sentido do efeito da variável é ambíguo, pois a comissão pode servir como polo

5. São considerados empresários os deputados que declararam as seguintes ocupações: administrador, administrador de empresas, administrador hospitalar, administrador rural, administradora, agropecuarista, avicultor, cacauicultor, cafeicultor, comerciante, consultor de empresas, consultor empresarial em comportamento humano, diretor de empresa, empresária e empresário, empresário de administração, de construção civil, de hotelaria, de transporte, rural, industrial, microempresário, pecuarista, produtor agropecuário, produtor e produtora rural.

de atração tanto para os deputados mais dispostos a defender os interesses industriais como para os deputados mais dispostos a combatê-los.

A seguir, apresentamos a nona e a décima hipóteses do trabalho.

Hipótese 9
Há associação positiva e estatisticamente significativa entre o pertencimento à CDEICS e o número de proposições legislativas convergentes com o interesse industrial.

Hipótese 10
Há associação positiva e estatisticamente significativa entre o pertencimento à CDEICS e o número de proposições legislativas divergentes do interesse industrial.

A variável pertencimento à CDEICS também é uma variável *dummy*. São marcados com 1 os deputados que integraram a CDEICS em pelo menos uma sessão legislativa da 54^a legislatura, ocupando naquela instância ao menos um dos seguintes papéis: presidente, vice-presidente, titular ou suplente. Os demais deputados são marcados com 0. Os deputados pertencentes à CDEICS são o grupo de referência.

Nosso modelo inclui, ainda, o pertencimento do deputado à base de apoio do governo no Congresso (no caso, o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff). A importância para o comportamento parlamentar da clivagem governismo *versus* não governismo tem sido explorada por diversos estudos (Figueiredo e Limongi, 2001; Zucco Junior, 2009; Freitas, 2013; Mancuso, 2014; Machado, 2017). Neste trabalho investigamos se essa clivagem também afeta o comportamento parlamentar no que se refere à produção de projetos relevantes para interesses organizados, como o da indústria. Trata-se, novamente, de um fator cujo efeito é ambíguo. De um lado, os deputados governistas podem apresentar projetos favoráveis ao setor industrial, na expectativa de que o bom desempenho do setor resulte em benefícios políticos futuros para a coalizão no poder, por exemplo, com financiamento eleitoral mais abundante em pleitos vindouros ou com o eleitorado premiando com votos os membros da coalizão de governo identificada como responsável pelo sucesso econômico. Também com vistas a benefícios eleitorais futuros, os governistas podem apresentar projetos contrários ao setor industrial, em temáticas de grande apelo popular – tributária, ambiental, trabalhista e consumerista –, incentivados adicionalmente pela crença de que, por fazer parte da maioria, seus projetos têm mais chance de aprovação.

De outro lado, os deputados fora da base também podem apresentar projetos favoráveis ao setor industrial, com o intuito de atrair, em eleições futuras, o apoio do empresariado do setor e da parcela do eleitorado beneficiada com essas medidas. Esses deputados podem, inclusive, apresentar projetos particularmente generosos para o empresariado industrial, porque possíveis ônus da aprovação desses projetos recairiam sobre os governistas. Os deputados fora da base podem ainda apresentar projetos contrários aos interesses industriais, com vistas à obtenção de apoio eleitoral popular, sem se preocupar com possíveis efeitos negativos desses projetos sobre o desempenho da economia, em caso de aprovação.

As hipóteses decorrentes dessa discussão anterior são as que se seguem.

Hipótese 11
Há associação positiva (ou negativa) entre pertencimento à base do governo e o número de proposições legislativas convergentes com o interesse industrial (ou divergentes dele).

Hipótese 12
Há associação positiva (ou negativa) entre não pertencimento à base do governo e o número de proposições legislativas convergentes com o interesse industrial (ou divergentes dele).

A variável *dummy* pertença à base do governo baseia-se em informações do Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), segundo o qual, um partido pertence à coalizão de governo se comanda algum ministério. Assim, os partidos que compuseram a base do primeiro governo Dilma ao longo de todo o mandato foram: PCdoB, PDT, PMDB, PP, PR e PT.⁶ Os deputados governistas formam o grupo de referência.

O último fator incluído no modelo é o tempo de atuação do deputado federal na 54^a legislatura. A ideia é que a quantidade de proposições favoráveis ou contrárias à indústria tende a estar ligada à extensão do tempo em que os parlamentares atuaram na legislatura sob análise. Desse modo, as últimas hipóteses do *paper* estão descritas a seguir.

6. O Partido Republicano Brasileiro (PRB) aderiu à base a partir de 2 de março de 2012. O PSB, por sua vez, deixou a base em 17 de setembro de 2013. Como o banco de dados possui apenas uma linha por deputado, os dois últimos partidos não puderam ser classificados.

Hipótese 13

Quanto maior o tempo de atuação na 54ª legislatura, maior o número de proposições legislativas convergentes com o interesse industrial.

Hipótese 14

Quanto maior o tempo de atuação na 54ª legislatura, maior o número de proposições legislativas divergentes do interesse industrial.

Calculou-se a variável contínua anos de mandato a partir de informações fornecidas pela Câmara dos Deputados, em resposta ao requerimento encaminhado por meio da seção Fale Conosco. A informação original veio sob a forma de dias de mandato. Para facilitar a análise, computamos os anos de mandato dividindo o número de dias por 365. Assim, um deputado cujo mandato durou 1.461 dias teve quatro anos de mandato. Já um deputado cujo mandato durou 183 dias teve meio ano de mandato.

3 RESULTADOS

Seiscentos e setenta e um deputados federais atuaram durante a 54ª legislatura, sendo 513 titulares (76,5%) e 158 suplentes (23,5%). Um deputado pode apresentar dezenas de espécies de proposições legislativas, que são classificadas pela Câmara em oito categorias. Todas as proposições avaliadas pela CNI pertencem à primeira categoria, que engloba as espécies identificadas na tabela 1.⁷

Ao todo, os deputados da 54ª legislatura apresentaram 8.910 proposições legislativas da primeira categoria. Desse total, 1.433 proposições (16,1%) foram avaliadas pela CNI como convergentes ou divergentes com o interesse da indústria. Seja no total, seja no subgrupo avaliado pela CNI, a espécie de proposição legislativa mais comum é o Projeto de Lei Ordinária. Em seguida, vêm o Projeto de Lei Complementar, o Projeto de Emenda à Constituição e o PDL de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo. Juntas, essas quatro espécies formam praticamente a totalidade dos projetos apresentados pelos deputados, bem como dos projetos analisados pela CNI.

7. Solicitamos à Câmara dos Deputados, por meio do Fale Conosco, todas as proposições legislativas apresentadas por todos os deputados ao longo da 54ª legislatura. Além das 8.910 proposições de tipo A, os deputados da legislatura estudada apresentaram mais 77.039 proposições, distribuídas pelas outras sete categorias. Para fins de replicação, esse material e o banco de dados usados nesta pesquisa podem ser solicitados pelo e-mail: <pralon@usp.br>.

TABELA 1
Espécies de proposição legislativa (total e avaliadas pela CNI)

Espécie de proposição legislativa	Total	CNI
Projeto de Decreto Legislativo (PDL)	72 (0,8%)	8 (0,5%)
PDL de Referendo ou Plebiscito	16 (0,2%)	1 (0,0%)
PDL de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo	120 (1,3%)	23 (1,6%)
Projeto de Lei Ordinária	7.563 (84,9%)	1.245 (86,9%)
Projeto de Lei Complementar	431 (4,8%)	108 (7,5%)
Projeto de Lei de Conversão	45 (0,5%)	0 (0,0%)
Projeto de Resolução	201 (2,3%)	1 (0,0%)
Projeto de Resolução de Alteração do Regimento e outros	23 (0,3%)	0 (0,0%)
Projeto de Resolução de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	3 (0,0%)	0 (0,0%)
Projeto de Resolução do Congresso Nacional	4 (0,0%)	0 (0,0%)
Proposta de Emenda à Constituição	432 (4,8%)	47 (3,3%)
Total	8.910 (100,0%)	1.433 (100,0%)

Fonte: Câmara dos Deputados.
Elaboração dos autores.

Conforme dito anteriormente, das 1.433 proposições avaliadas pela CNI, 401 (28,0%) foram categorizadas como convergentes com o interesse da indústria e 1.032 (72,0%) como divergentes dele. A tabela 2 apresenta algumas estatísticas descritivas da variável dependente deste estudo.

TABELA 2
Proposições avaliadas pela CNI

Estatísticas	Convergentes	Divergentes
Média	0,6	1,5
Desvio-padrão	1,7	3,0
Mediana	0	1
Moda	0	0
Mínimo	0	0
Máximo	26	39
Total	401	1.032

Fonte: CNI.
Elaboração dos autores.

Em média, os deputados da 54^a legislatura apresentaram 0,6 proposição convergente (com desvio-padrão de 1,7) e 1,5 proposição divergente (com desvio-padrão de aproximadamente 3). No caso das proposições convergentes, o valor mínimo, a moda e a mediana são zero e o valor máximo é 26 (6,5% do total). Entre as proposições

divergentes, o valor mínimo e a moda também são zero, a mediana é 1, e o valor máximo é 39 (3,8% do total).

Mostraremos, a partir de agora, algumas informações relativas às variáveis independentes deste trabalho, começando pelo financiamento de campanhas (tabela 3).

Ao todo, as empresas do setor industrial destinaram cerca de R\$ 170,9 milhões para as campanhas eleitorais dos 671 deputados da 54ª legislatura. Esse valor corresponde a 56,7% das doações que eles receberam do empresariado em geral – aproximadamente R\$ 301,7 milhões – e a 25,2% da receita total por eles declarada, cerca de R\$ 679,5 milhões de reais.⁸ Neste trabalho, consideramos apenas as doações diretas de empresas industriais para a campanha de deputados federais. Portanto, não são incluídas eventuais doações indiretas, feitas por indústrias e mediadas por partidos ou comitês.⁹

A tabela 3 mostra que o financiamento industrial médio foi de aproximadamente R\$ 254,8 mil (com desvio-padrão de aproximadamente 374,3 mil). O valor mínimo e a moda são zero: 139 deputados (20,7% do total) declararam nada ter recebido da indústria. A contribuição industrial mediana é de, aproximadamente, R\$ 101,4 mil. O valor máximo doado a um único candidato é de, aproximadamente, R\$ 2,9 milhões (cerca de 1,7% das doações totais do setor).

TABELA 3
Financiamento de campanha pela indústria
(Em R\$)

Estatísticas	Financiamento de campanha
Média	254.765,71
Desvio-padrão	374.270,95
Mediana	101.428,34
Moda	0
Mínimo	0
Máximo	2.913.225,65
Soma	170.947.791,87

Fonte: TSE.
Elaboração dos autores.

8. A receita total inclui, além das doações empresariais (da indústria e de outros setores), as contribuições feitas por pessoas físicas, os repasses de partidos e comitês, o investimento de recursos próprios, e outras fontes de valor muito baixo (comercialização de bens, doações pela internet, rendimento de aplicações financeiras e receitas de origem não identificada).

9. Para uma comparação da distribuição de doações empresariais diretas e indiretas a candidatos a deputado federal nas eleições de 2014, ver Mancuso, Horochovski e Camargo (2018).

A tabela 4, a seguir, indica que o valor médio da *proxy* para a variável peso da indústria no eleitorado do deputado federal é de 20,5% (com desvio-padrão de 8%). Isso significa que, em média, um quinto do eleitorado dos deputados federais estudados neste texto trabalha no setor industrial. Nessa variável, o valor mínimo obtido foi de 5,7%; o valor mediano, 19,8% (bem próximo à média); e o valor máximo, 53,4%.

TABELA 4
Peso da indústria no eleitorado
(Em %)

Estatísticas	Peso da indústria
Média	20,5
Desvio-padrão	8,0
Mediana	19,8
Moda	9,0
Mínimo	5,7
Máximo	53,4

Fonte: TSE e RAIS.
Elaboração dos autores.

Conforme a tabela 5, quanto ao perfil ideológico, 179 deputados da 54^a legislatura (26,7%) podem ser classificados como esquerdistas, 250 (37,3%) como centristas e 183 (27,3%) como direitistas. Por razões expostas anteriormente, 59 deputados (8,8%) não puderam ser classificados nesta variável.

TABELA 5
Perfil ideológico

Ideologia	Número e % de deputados
Esquerda	179 (26,7%)
Centro	250 (37,3%)
Direita	183 (27,3%)
Sem classificação	59 (8,8%)

Fonte: Zucco Junior e Lauderdale (2011).
Elaboração dos autores.

No que se refere às outras variáveis independentes de tipo *dummy*, levando-se em conta os critérios apresentados na seção anterior, a tabela 6 indica que 227 parlamentares (33,8% do total) foram classificados como empresários, 67 (10% do total) pertenceram à CDEICS em algum momento da legislatura e 374 (55,7% do total) compunham a base de apoio ao governo Rousseff na Câmara dos Deputados. Por razões expostas na nota de

rodapé 8, não classificamos 57 deputados (8,5% do total) quanto ao pertencimento à coalizão do governo.

TABELA 6
Empresários, membros da CDEICS e governistas

	Empresários	CDEICS	Governistas
Sim	227 (33,8%)	67 (10,0%)	374 (55,7%)
Não	444 (66,2%)	604 (90,0%)	240 (35,8%)
Sem classificação	-	-	57 (8,5%)

Fonte: TSE (empresários), Câmara dos Deputados (CDEICS) e CEBRAP (governistas).
Elaboração dos autores.

Por fim, a tabela 7 contém dados relativos ao tempo de mandato exercido pelos deputados na 54ª legislatura. Em média, os parlamentares cumpriram 1.086,6 dias de mandato – o que corresponde, aproximadamente, a três anos –, com desvio-padrão de 509,3 dias. Os valores modal, mediano e máximo são de 1.461 dias (quatro anos), o que indica que a maioria dos deputados eleitos – mais precisamente, 349 deputados, ou seja, 52% do total – cumpriu seu mandato integralmente. O parlamentar que exerceu menor tempo de mandato esteve na Câmara apenas por uma semana.

TABELA 7
Tempo de mandato
(Em dias)

Estatísticas	Tempo de mandato
Média	1.086,6
Desvio-padrão	509,3
Mediana	1.461,0
Moda	1.461,0
Mínimo	7,0
Máximo	1.461,0

Fonte: Câmara dos Deputados.
Elaboração dos autores.

Para testar as hipóteses da seção anterior, estimamos dois modelos binomiais negativos multivariados, porque a variável dependente de ambos é uma contagem – isto é, o número de proposições legislativas apresentadas e convergentes com o interesse industrial ou divergentes dele – e porque o teste *alpha* do coeficiente de dispersão sugere que essa

forma é mais apropriada que a Poisson.¹⁰ Com modelos multivariados, permitimos que o efeito de cada fator seja controlado pelo efeito dos demais fatores. Ressalta-se que o modelo leva em conta 568 deputados para os quais foi possível obter informação sobre todas as variáveis.

O primeiro modelo, cuja variável dependente é o número de proposições legislativas convergentes com o interesse industrial, apresenta evidências favoráveis à hipótese 1, uma das principais deste trabalho. A tabela 8 sugere que há associação positiva e estatisticamente significativa entre o financiamento eleitoral concedido pela indústria aos deputados federais e o número de proposições legislativas apresentadas por eles e compatíveis com os interesses do empresariado do setor. A cada R\$ 100 mil doados por firmas industriais, a produção legislativa benéfica ao setor aumenta, em média, quase 8%.

TABELA 8
Modelo binomial negativo, proposições convergentes

	B	Erro-padrão	Teste de hipótese			Exp(B)
			Wald qui-quadrado	Graus de liberdade	Significância	
Doação do setor (R\$ 100 mil)	0,076	0,0226	11,361	1	0,001	1,079
Peso do setor no eleitorado	0,036	0,0116	9,683	1	0,002	1,037
Centro	0,687	0,2788	6,063	1	0,014	1,987
Direita	0,629	0,2914	4,660	1	0,031	1,876
Empresário	0,541	0,1922	7,932	1	0,005	1,718
CDEICS	0,635	0,2634	5,809	1	0,016	1,887
Coalizão	-0,153	0,1982	0,593	1	0,441	0,858
Anos de mandato	0,554	0,0866	40,935	1	0,000	1,740
Intercepto	-4,171	0,5235	63,483	1	0,000	0,015
Binomial negativo	2,061	0,3181	-	-	-	-

Teste qui-quadrado da razão de verossimilhança: 99,052

Graus de liberdade: 8

Significância: 0,000

Fontes: CNI (proposições convergentes), TSE (financiamento, peso do setor, ideologia e empresário), RAIS (peso do setor), Câmara dos Deputados (proposições e anos de mandato) e CEBRAP (coalizão).
Elaboração dos autores.

Obs.: N = 568, sendo N o número de deputados efetivamente incluídos no modelo. Alguns deputados não foram incluídos no modelo por duas razões: i) porque seus partidos não puderam ser classificados quanto à ideologia; e ii) porque seus partidos não puderam ser classificados quanto ao pertencimento ou não à base do governo no Congresso.

10. Conforme a tabela 8, a estimativa do coeficiente de dispersão no primeiro modelo é 2,061 e no segundo, 1,980. Em nenhum modelo o intervalo de confiança inclui zero (1,523 a 2,789 no primeiro modelo e 1,628 a 2,408 no segundo). Os modelos binomiais negativos foram analisados com base no IDRE/UCLA (Institute for Digital Research and Education – University of California at Los Angeles) (2017), disponível em: <<https://stats.idre.ucla.edu/spss/dae/negative-binomial-regression/>>.

A produção legislativa favorável ao segmento industrial também está associada ao peso desse segmento no eleitorado dos deputados federais, confirmando-se, assim, a hipótese 3. Conforme a tabela 8, observa-se um aumento médio de 3,7% na produção legislativa aprovada pela indústria a cada ponto percentual a mais de trabalhadores desse segmento no eleitorado do parlamentar.

Nosso modelo ratifica a importância do fator ideológico, apoiando, portanto, a hipótese 5. Quando comparados aos deputados federais de esquerda, os parlamentares de centro e de direita elaboram, em média, respectivamente, 98,7% e 87,6% mais proposições benéficas à indústria.

Na linha sugerida pela hipótese 7, o modelo mostra que a condição empresarial é outro fator associado à variável dependente. Em média, os deputados que declaram ocupação empresarial elaboram 71,8% a mais de proposições favoráveis à indústria, quando comparados aos outros parlamentares.

A pertença à CDEICS aumenta a chance de apresentação de projetos benéficos ao empresariado industrial, conforme proposto pela hipótese 9. Deputados ligados a essa comissão elaboram, em média, 88,7% a mais projetos desse tipo do que os outros parlamentares.

No que se refere à penúltima variável explicativa incluída em nosso modelo, o sinal negativo do coeficiente indica que os deputados governistas apresentam, em média, menos proposições apoiadas pela indústria que os demais deputados. A diferença, no entanto, não é estatisticamente significativa, ao contrário do suposto pela hipótese 11.

Por fim, a quantidade de proposições aprovadas pela indústria está significativamente associada ao tempo de mandato exercido pelo parlamentar ao longo da legislatura, exatamente no sentido apontado pela hipótese 13. Cada ano a mais de mandato leva, em média, a um aumento de 74,0% em projetos dessa natureza.

Em resumo, o primeiro modelo mostra que os deputados federais que tendem mais a legislar em benefício da indústria têm o seguinte perfil: suas campanhas são fartamente financiadas por empresas do setor; uma parcela importante de seu eleitorado

trabalha em empresas desse segmento; são de centro ou de direita; são empresários; atuam na CDEICS e exercem mandato mais longo na Câmara dos Deputados.

O segundo modelo, apresentado na tabela 9, também estimado para 568 deputados, tem como variável dependente o número de proposições legislativas divergentes do interesse industrial. Esse modelo não apresenta evidências favoráveis à segunda hipótese principal deste trabalho, conforme a qual haveria associação negativa e estatisticamente significativa entre o financiamento recebido da indústria e o número de proposições contrárias à posição do setor. Inclusive, inversamente ao previsto, o sinal do coeficiente é positivo, embora o resultado encontrado não possua qualquer significância estatística. Portanto, as contribuições eleitorais do empresariado industrial parecem estimular a apresentação de propostas favoráveis a essa fração de classe, mas aparentemente não desestimulam a formulação de propostas contrárias a seus interesses.

TABELA 9
Modelo binomial negativo, proposições divergentes

	B	Erro-padrão	Teste de hipótese			Exp(B)
			Wald qui-quadrado	Graus de liberdade	Significância	
Doação do setor (R\$ 100 mil)	0,004	0,0190	0,040	1	0,842	1,004
Peso do setor no eleitorado	0,010	0,0089	1,228	1	0,268	1,010
Centro	0,178	0,1971	0,815	1	0,367	1,195
Direita	0,096	0,2155	0,199	1	0,655	1,101
Empresário	-0,120	0,1607	0,560	1	0,454	0,887
CDEICS	0,360	0,2316	2,412	1	0,120	1,433
Coalizão	-0,042	0,1594	0,068	1	0,794	0,959
Anos de mandato	0,386	0,0576	44,830	1	0,000	1,470
Intercepto	-1,141	0,3510	10,559	1	0,001	0,320
Binomial negativo	1,980	0,1978	-	-	-	-

Teste qui-quadrado da razão de verossimilhança: 46,519
Graus de liberdade: 8
Significância: 0,000

Fontes: CNI (proposições convergentes), TSE (financiamento, peso do setor, ideologia e empresário), RAIS (peso do setor), Câmara dos Deputados (proposições e anos de mandato) e CEBRAP (coalizão).
Elaboração dos autores.

A discussão apresentada anteriormente também previa associação negativa e significativa entre a condição empresarial do deputado e a produção de projetos opostos ao interesse industrial (hipótese 8). Embora, nesse caso, o sinal do coeficiente da variável explicativa corresponda ao predito na hipótese, a associação observada não é estatisticamente significativa.

De forma oposta, a discussão anterior previa associação positiva e significativa entre quatro variáveis explicativas e o número de propostas divergentes: peso do setor no eleitorado (hipótese 4), ser de esquerda (hipótese 6), pertencimento à CDEICS (hipótese 10) e tempo de atuação na legislatura (hipótese 14). O sinal dos coeficientes corresponde ao esperado nos casos das hipóteses 4 e 10, mas não se verifica significância estatística. No caso da hipótese 6, o sinal é contrário ao esperado, com deputados de centro e de direita apresentando mais projetos divergentes que os deputados de esquerda, mas novamente não há significância estatística. A única hipótese do trabalho ratificada pelos resultados do segundo modelo é a hipótese 14: em média, a cada ano de mandato efetivamente exercido pelos deputados, o número de proposições contrárias ao interesse industrial aumenta em 47%.

Por fim, a hipótese 12 previa associação entre pertencer à base do governo e apresentar projetos divergentes do interesse da indústria, embora o sentido da associação pudesse ser positivo ou negativo. O sinal negativo do coeficiente dessa variável indica que os deputados governistas apresentam, em média, menos projetos contrários à indústria que os deputados fora da base, mas a diferença, mais uma vez, não é significativa.

4 CONCLUSÃO

A principal conclusão deste *Texto para Discussão* é que o financiamento de campanha fornecido pela indústria apresenta associação positiva e estatisticamente significativa com a produção de proposições legislativas aprovadas pelo setor, mesmo quando se controla o efeito de outras variáveis que também se mostraram relevantes, tais como o peso do setor econômico no eleitorado, a ideologia dos parlamentares, a condição empresarial, o pertencimento à CDEICS e o tempo de mandato. Sendo assim, este texto agrega evidências favoráveis à vertente da literatura representada por Stratmann (2005), que sustenta que o financiamento eleitoral afeta o comportamento parlamentar. Ao fazê-lo, este trabalho dirige o olhar para um tipo de comportamento parlamentar praticamente inexplorado pela literatura, que até agora tem se concentrado, sobretudo, sobre o voto dos parlamentares em plenário.

Os resultados da análise não mostraram relação entre o financiamento eleitoral da indústria e a apresentação de proposições divergentes dos interesses do setor. Isso

parece sugerir que os deputados mais financiados pelo setor industrial procuram manter um pé em cada canoa: apresentam mais propostas capazes de agradar seus patrocinadores, mas não se furtam a apresentar propostas contrárias aos interesses deles, possivelmente com o propósito de conquistar o apoio de segmentos sociais eleitoralmente relevantes, tais como trabalhadores e consumidores. Ao decidir as propostas que irá apresentar, o deputado financiado pela indústria parece racionalmente buscar um *mix* de projetos que lhe permita obter um equilíbrio delicado, e muitas vezes contraditório, entre os interesses das empresas que já ajudaram suas campanhas passadas (e podem vir a ajudar campanhas futuras), e outros interesses mais gerais, que podem lhe render o que mais busca: votos.

A nosso ver, este trabalho abre possibilidades a ser exploradas em outros esforços de investigação. Em primeiro lugar, novas pesquisas podem focalizar outras legislaturas formadas no período de 21 anos (1994-2015) em que prevaleceu no Brasil o financiamento eleitoral empresarial.

Em segundo lugar, essas pesquisas podem se deter sobre o impacto de diferentes setores econômicos que, a exemplo da indústria, também financiam campanhas e avaliam cotidianamente a produção do parlamento brasileiro. Em questões de interesse para o campo, trabalho similar ao da CNI é feito, por exemplo, pela Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA). Na área das finanças, o trabalho é replicado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). O mesmo pode-se dizer, em seus respectivos nichos de atuação, para a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), entre outras associações empresariais com forte trabalho de *lobby* sobre o Poder Legislativo.

Em terceiro lugar, a proibição do financiamento eleitoral empresarial a partir de decisão tomada em setembro de 2015 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) oferece aos pesquisadores uma oportunidade preciosa para averiguar se, na ausência das doações empresariais, a taxa de afinidade do empresariado com a produção do parlamento brasileiro irá se alterar.

Pelo exposto, ainda há muito a se aprender sobre a relação profunda, complexa e controvertida entre dinheiro e política no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ANSOLABEHERE, S.; FIGUEIREDO, J. M. de; SNYDER JUNIOR, J. M. Why is there so little money in U.S. politics? **The Journal of Economic Perspectives**, v. 17, n. 1, p. 105-130, 2003.
- ARAÚJO, G. B. **O déficit entre acordado e realizado no MERCOSUL**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BANDEIRA, R. de M.; MARCON, R. Unpacking firm effects: modeling political alliances in variance decomposition of firm performance in turbulent environments. **Brazilian Administration Review**, v. 2, n. 1, p. 65-85, 2005.
- BOAS, T. C.; HIDALGO, F. D.; RICHARDSON, N. P. The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 76, n. 2, Apr. 2014. Disponível em: <http://people.bu.edu/tboas/political_investment.pdf>.
- CARVALHO, L. B. Financiamento de campanha e atuação parlamentar: o efeito do patrocínio de campanha dos planos de saúde sobre as proposições do legislativo. *In*: ENCONTRO DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu, Minas Gerais. Caxambu: ANPOCS, 2017.
- CLAESSENS, S.; FEIJEN, E.; LAEVEN, L. Political connections and preferential access to finance: the role of campaign contributions. **Journal of Financial Economics**, v. 88, n. 3, p. 554-580, 2008.
- CRUZ, R. G. **A quem respondem os ruralistas?** Base eleitoral e proposições legislativas dos deputados federais da 54ª Legislatura. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. *In*: BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. (Org.). **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. São Paulo: Editora FGV-FAPESP, 2001.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B. **O elo corporativo?** Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- FREITAS, A. M. de. **O presidencialismo da coalizão**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LAZZARINI, S. G. *et al.* **What do development banks do?** Evidence from Brazil, 2002-2009. Cambridge: Harvard Business School, 2011. (Working Paper, n. 12-047). Disponível em: <<https://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/12-047.pdf>>.

MACHADO, A. J. **Os determinantes da atuação oposicionista em democracias: o caso brasileiro.** 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MANCUSO, W. P. A regra e as exceções: líderes partidários e casos desviantes na relação Executivo-Legislativo. *In*: DANTAS, H.; TOLEDO, J. R. de; TEIXEIRA, M. A. C. (Org.). **Análise política e jornalismo de dados: ensaios a partir do basômetro.** São Paulo: FGV, 2014.

_____. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, p. 155-183, 2015.

MANCUSO, W. P.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. *In*: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE, 11., Maringá, Paraná. **Anais...** Maringá: WESS, 2018.

NORRIS, P.; VAN ES, A. A. (Eds.). **Checkbook elections?** Political finance in comparative perspective. New York: Oxford University Press, 2016.

PRZEWORSKI, A. **Money, politics, and democracy.** São Paulo: USP, 2011.

ROCHA, D. Relações entre dispêndios do BNDES e financiamento eleitoral no governo Lula: uma análise empírica. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2011.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira.** São Paulo: Publifolha, 2006.

_____. **Partidos, ideologia e composição social.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTOS, F. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002.

SANTOS, M. L. *et al.* Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 33-59, 2015.

SCHEEFFER, F. **Ideologia na Câmara dos Deputados: novas clivagens entre esquerda e direita?** *In*: ENCONTRO DA ABCP, 10., Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...** Belo Horizonte: ABCP, 2016.

SILVA, J. C. da. **Empresários na Câmara dos Deputados (1999-2003): recrutamento, ascensão e trajetória política.** 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SMITH, B. A. Campaign finance regulation: faulty assumptions and undemocratic consequences. **Cato Institute Policy Analysis**, n. 238, 1995.

SMITH, R. Interest group influence in the U.S. congress. **Legislative Studies Quarterly**, v. 20, n. 1, p. 89-139, 1995.

SPECK, B.; PFEIFFER, S. Introducción. *In*: SPECK, B.; PFEIFFER, S. (Org.). **El control ciudadano del financiamiento político**: una guía práctica sobre experiencias y desafíos. [s.l.]: Transparencia Internacional, 2007.

STRATMANN, T. Some talk: money in politics – a (partial) review of the literature. **Public Choice**, n. 124, p. 135-156, 2005.

ZUCCO JUNIOR, C. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 3, p. 1076-1092, 2009.

ZUCCO JUNIOR, C.; LAUDERDALE, B. E. Distinguishing between influences on Brazilian legislative behavior. **Legislative Studies Quarterly**, v. 36, n. 3, p. 363-396, 2011.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão

Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editores

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Louise de Freitas Sarmiento (estagiária)

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ISSN 1415-4765

